

Senador acusa jornal

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A nota do senador José Fragelli foi lida cinco minutos depois da leitura, pelo presidente da Câmara Ulysses Guimarães, de outra nota sobre o mesmo tema. O presidente do Congresso chegou ao plenário às 16h50 e interrompeu um pronunciamento do senador Benedito Ferreira (PDS-GO) para ler a nota de repúdio à "campanha contra o Legislativo", conforme explicou.

A nota tem 20 linhas e começa referindo-se à publicação de uma foto no Jornal de Brasília, que enfoca um circo armado na praça dos Três Poderes, encobrindo, no ângulo fotográfico, a cúpula do Senado.

Em seguida, diz que a publicação "se insere no processo de injustificada e insidiosa campanha contra o Congresso Nacional".

O ESTADO

O senador Fábio Lucena, vice-líder governista, interveio no pronunciamento que Itamar Franco fez em seguida para afirmar que existe uma campanha contra o Legislativo com o objetivo de substituir os atuais parlamentares por nomes que atendam aos interesses de grupos econômicos poderosos.

Lamentou o parlamentar que a campanha ocorra exatamente no momento em que os grandes corruptos da Velha República estão sendo levados ao Judiciário, como decorrência das CPIs realizadas pelo Legislativo. Disse não compreender a ação da imprensa, que, "no momento mais duro da ditadura, ajudou a pro-

pagar aquele trabalho do Congresso Nacional".

Afirmou ainda que não é só o Legislativo o atingido, já que "iniciam também uma campanha de desmoralização contra o Judiciário e as Forças Armadas". A propósito, revelou que "estão começando a espalhar pelo Correio os contracheques de oficiais das Forças Armadas, com o objetivo de tentar desmoralizá-los".

Lucena condenou também "certos jornais", especificando, porém, O Estado de S. Paulo, que, a seu ver, fomenta conflagrações internas, lançando os nordestinos contra os gaúchos, atribuindo a estes últimos a prática de "panamás".

Segundo o representante amazonense, "o mesmo O Estado de S. Paulo, centenário na defesa das liberdades públicas e que sofreu a pior desgraça na ditadura Vargas, a ponto de não contar os quatro anos em que viveu sob intervenção, chama agora, na coluna do jornalista Carlos Chagas, de molecagem e safadeza uma proposta de emenda constitucional em tramitação no Congresso".

O senador perguntou: "Que molecagem? Segundo o jornalista Carlos Chagas, é a emenda Manoel Cosme, que trata da ampliação dos prazos de desincompatibilização para fins eleitorais".

Adiantou Lucena que ele próprio é contra a proposta e vai votar contra. "Mas, não se trata de uma imoralidade, não é uma indecência, como afirmou o brilhante jornalista Carlos Chagas. Trata-se de uma proposta de emenda constitucional, prerrogativa de qualquer membro do Legislativo, que acatará ou não a iniciativa."

Insistiu o parlamentar que um jornal da responsabilidade de O Estado, não pode classificar uma proposta de emenda constitucional de indecência. E disse: "Não sei aonde querem chegar, mas esta é uma campanha

insidiosa que atinge subjetivamente e objetivamente a instituição".

TV GLOBO

Fábio Lucena afirmou não entender também como a Rede Globo, que foi recentemente homenageada com uma sessão solene do Senado, pelos seus reais serviços prestados ao País, possa colocar na boca de um humorista a palavra deputado como sinônimo de vagabundo.

Também em aparte a Itamar, o senador Luiz Cavalcante (PDS/AL) afirmou que as críticas ao Congresso, inclusive a foto do Jornal de Brasília, estão produzindo resultados positivos. "Agora, ao invés de cinco ou seis parlamentares nas sessões conjuntas do Congresso, ali comparecem 50, 60 ou mais. Parafraseando Cristo, eu diria: 'Não é o que vem para o Congresso, mas o que sai do Congresso que torna bom ou mau o Congresso, aos olhos da Nação'."

CONCESSÃO DE CANAIS

Se o Congresso quiser, a concessão de canais de rádio e televisão dependerá de aprovação da Câmara dos Deputados e não apenas do Executivo, como ocorre atualmente. Será suficiente a aprovação da proposta de emenda constitucional, de iniciativa do deputado Odilon Salomão (PMDB/SC), já em tramitação e cujo prazo de exame pela comissão mista vai até o próximo dia 13.

A comissão mista é presidida pelo deputado Salles Leite e tem como vice-presidente a senadora Eunice Michilles. O relator, que deve dar parecer até o dia 13, é o senador Alberto Silva, do PMDB do Piauí.

Se a proposta for aprovada pelo Congresso Nacional, não será necessária a sanção presidencial, por se tratar de matéria privativa do Congresso, bastando, no caso, a simples promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara. A promulgação insere automaticamente a emenda no texto constitucional.